

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). História e Historiografia da educação: atentando para as fontes. In: _____. *Fontes, história e historiografia da educação*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

PRADO, Heloísa de Almeida. *Organização e administração de bibliotecas*. 2. ed. São Paulo : T. Queiroz, 1992.

McGARRY, K. J. *Da documentação à informação: um contexto em evolução*. Lisboa: Presença, 1984.

SEVERINO, Antônio Joaquim. As revistas científicas brasileiras. In: _____. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA POSSIBILIDADE PARA UMA NARRATIVA HISTÓRICA

Correia Lima, Jeimes Mazza

Historiador, Mestre e Doutorando em Educação Brasileira — Universidade Federal do Ceará (UFC)

Introdução

Admite-se a instituição escolar, como objeto de compreensão para historiadores, preliminarmente, como parte integrante de uma rede de relações de poder, seu caráter formativo e seu papel meramente institucional (WERLE, 2004, p.19) e por destacar a especificidade do termo, escola, não guarda relação direta com:

A educação em geral, mas instituições escolares, estruturadas formalmente no contexto dos sistemas de ensino e em relação às quais se aplicam princípios de diferenciação que as estruturam em hierarquia administrativas (CHAPOULE & BRIAND, 1994, P.39), no caso brasileiro, os estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental médio, de educação profissional e superior. (WERLE, 2004, p.19).

Essa definição inicial deve ser precedida de uma apreciação quanto às possibilidades da abordagem do historiador sobre a temática sugerida, devendo este levar em consideração “que a escolha das fontes dependerá não apenas do objeto

e dos objetivos da pesquisa, mas também da delimitação, dos recortes efetuados” (SAVIANI, 2004, p.7).

O termo instituição traduz certamente uma multiplicidade de elementos capazes de elaborar, reconhecendo sua polissemia, uma definição coerente para o termo. Dessa forma entendemos que instituição “refere-se às regras e procedimentos padronizados, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade e que têm grande valor social” (OLIVEIRA, 1991, p.87).

Problema:

O presente comunicado terá por finalidade discutir uma ação compreensiva sobre as possibilidades pertinentes ao trabalho do Historiador na elaboração de sua narrativa, pertinente a seu ofício, especialmente quando o objeto é parte integrante deste e remete-se aos aspectos legais e normativos, consorciados ao funcionamento das instituições escolares brasileiras, admitindo-se, ainda, a existência de um processo mais amplo que é a de que:

- A abordagem da dimensão institucional poderá evidenciar o conflito entre o instituído e o processo de institucionalização, os momentos, fases ou períodos em que a instituição tendeu a tornar-se um artefato, com funcionamento independente, destacando-se as propostas fundadoras. (WERLE, 2004, P.19).

A Narrativa Histórica, novos problemas, antigas instituições:

- A narrativa histórica constitui-se parte integrante destacada no exercício compreensivo do historia-

dor. Isso permitiu, preliminarmente, sugerirmos correntes conflitantes quando nos referimos à elaboração desta narrativa. Para esta finalidade levase em consideração um debate (BURKE, 1992, p.330) fértil no sentido de definir caminhos a serem tomados. Aponta-se, inicialmente, no sentido de identificar duas destas correntes: uma vinculada a historiadores mais estruturais que indicam uma narrativa mais “tradicional passa por cima de aspectos importantes do passado, que ela é incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social até a experiência e os modos de pensar das pessoas comuns” (BURKE, 1992, p.330)

Outra vertente postula que uma narrativa estrutural é “estática e, assim, em certo sentido, não histórica” (BURKE, 1992, p.330). O confronto sugerido por Peter Burke aponta, ainda, que as narrativas estruturais “tendem — e isto não é exatamente contingente — a exprimir suas explicações em termos de caráter e intenção individuais”.

Apesar de reconhecer a pertinência e relevância deste debate, aqui admitido de forma breve para indicar sua importância, salientando que sua compreensão não deva ser negligenciada por historiadores. A dificuldade apontada na opção por uma narrativa mais plausível deve ser considerada quando o objeto do historiador são as instituições escolares, definidas as fontes, motivo de abordagem posterior, pertinentes a sua compreensão. Vale ressaltar que este debate com trincheiras bem delineadas entre os historiadores não exclui: “distinguir os acontecimentos das estruturas seja uma ques-

tão fácil” e mantendo as afirmativas de Burke que aponta para a necessidade “de questionar a relação entre acontecimentos e estruturas” (1992, p.334).

A opção pelas instituições escolares sugere, já definindo opções metodológicas possíveis, que a narrativa histórica inclina-se para a vida nas escolas e não deve ser “um relato ou recitação de acontecimentos, mais uma narrativa com interpretações, releituras que apresentam na dimensão de representação, de uma versão da história institucional” (WERLE, 2004, p.14-15). Acreditamos desta forma que as relações supracitadas devam ser parte integrante do “ofício do historiador”.

Na incessante busca por um caminho menos indefinido que leve a uma narrativa adequada aos propósitos indicados pelo objeto, problemas sugeridos e periodização destaca-se que a narrativa deva contribuir, ainda, para a compreensão das instituições permitindo:

Não apenas lidar com a seqüência de acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas — instituições, modos de pensar etc. — se elas atuam como freio ou um acelerador dos acontecimentos.” (BURKE, 1992, p.339).

A narrativa, portanto constitui-se em um elemento importante e desafiador no percurso a ser iniciado pelo historiador dessa forma:

A história das instituições escolares é uma tentativa de enunciar, de elaborar um discurso, uma interpretação

à qual se daria um estatuto privilegiado, vinculado, o mais possível, a diferentes momentos ou fases da instituição e a seu contexto (WERLE, 2004, p.14).

Ao historiar as instituições a narrativa associasse ao historiador objetivando evidenciar sua ação interpretativa e compreensiva, devendo-se considerar que há, também, como parte integrante do debate aqui exposto, uma inclinação para o caráter narrativo da história tradicional¹ “marcada por uma organização do caos dos eventos em uma trama cujo fim já se conhecia antes” (REIS, 1999, p.73-74). Uma possibilidade de superação metodológica que deve ser incluída no percurso a ser seguido em busca de uma narrativa coerente seria a história-problema. Esta “vem reconhecer a impossibilidade de narrar fatos históricos “tal como se passaram”:

Por ela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e que os interroga a partir do presente. Ele explica sua elaboração conceitual, pois não pretende se “apagar” na pesquisa, em nome da objetividade. Ao contrário, exatamente para ser mais objetivo, o historiador “aparece e confessa” seus pressupostos e conceitos, seus problemas e hipóteses, seus documentos e suas técnicas e as formas como as utilizou e, sobretudo, a partir de um lugar social e institucional ele fala (De Certeau, 1974, p.4 e SS). O Historiador escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui. Ele reconhece que não há história sem teoria” (REIS, 1999, p.73-74).

¹ REIS, 1999, p.74.

Estando o historiador envolvido com uma rede complexa de possibilidades teóricas na elaboração de sua narrativa, exigindo e ao mesmo instante ensejando posições nos campos acima dispostos, fazem-se necessários novos problemas para as consideradas velhas instituições e a partir daí cabe ao historiador:

Distribuir suas fontes dá-lhes sentido e organiza séries de dados que ele também terá construído. O texto histórico é o resultado de uma explícita e total construção teórica e não mais o resultado de uma organização objetivista de um processo exterior organizado em si. A organização da pesquisa é feita a partir do problema que a suscitou: este vai guiar a seleção dos documentos, na seleção e construção da série de eventos relevantes para a verificação das hipóteses, cuja a construção ele exigirá” (REIS, 1999, p.74-75) .

O texto histórico indicado por José Carlos Reis é constituído em uma nova teia teórica e metodológica, ampla e, já resultado do trabalho do historiador, que se apresenta com uma narrativa peculiar, resultante do rompimento com a narrativa tradicional. Ao associar-se a um problema, a narrativa, configura não só uma “história problematizante” (REIS, 1999, p.75) mas uma “história conceitual, analítica, é uma inquietação permanente, que repõe em causa, de forma racional e metódica, as “verdades tradicionais”” (1999, p. 75).

A narrativa, novas fontes?, Novos fatos?

A narrativa posta como elemento de disputa é parte integrante do trabalho do historiador, traduzindo, a partir de suas opções teóricas e metodológicas, operações muito par-

ticulares. As articulações com fontes, fatos e acontecimentos, permitem a composição dessa rede de relações dando forma a essa tessitura.

Na composição dos elementos que fazem parte dos arranjos preliminares para a definição da narrativa, os fatos surgem com relevância: “as provas me parecem mais importantes do que a interpretação, os fatos são história, quer sejam interpretados ou não” (TUCHMAN, 1995, p.19). Dessa forma a existência de fatos e suas evidências, as fontes², são um ponto de partida necessário e disponível a narrativa.

O Historiador deve dispor destas evidências aceitando a noção inicial de que tais evidências assumem o caráter de documento “que são vestígios da passagem do homem” (REIS, 1999, p.75). Esses documentos³, admitidos como vestígios, ampliam as possibilidades de interpretação e compreensão da ação do historiador, articulando-se de maneira mais efetiva ao “problema posto que dará direção para acesso a construção do *corpus* necessários à verificação das hipóteses que ele terá suscitado, o que devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico” (REIS, 1999, p.78).

² “cartas, diários, memórias, autobiografias, jornais, revistas, documentos comerciais e governamentais. Eles constituem em matéria histórica bruta, e não há História” (TUCHMAN, 1995, P.20). A noção de fonte amplia-se a partir da especificidade apontada: “as fontes para a história das instituições escolares compreendem todos os registros, dos mais variados tipos, que podemos encontrar e que, de algum modo, possam apresentar-nos indícios que nos permitam compreender a história das instituições escolares” (SAVIANI, 2004, p.8).

³ “nos arquivos e acervos do aparelho do Estado há uma monumental reserva de fontes escritas e, com as inovações tecnológicas disponíveis, fontes sonoras, de imagens e digitais, disponíveis ao inquiridor interessado (FARIA FILHO, 2000)” *apud* (SANFELICE, 2004, p.101)

O passado⁴ é indispensável na elaboração da narrativa e, faz parte dos nexos a serem estabelecidos entre os elementos apresentados até momento. Apesar de não ser objeto especificado nesta comunicação, deve ser evidenciado afinal:

Como o fato não é “dado”, o passado também não é ‘dado’: o passado e o fato histórico “dados” não engendram o historiador e a história, mas é o historiador em seu presente que reabre o passado e constrói os dados necessários, a partir de documentos, à prova de suas hipóteses, que responderiam aos problemas postos, ligados a sua experiência do presente (FEBVRE, *apud*, REIS, 1999, p.76).

A existência de um fato, ou um conjunto destes, associados às diversas funções pelas quais as instituições escolares possam assumir, dá ao historiador a capacidade de construção do fato:

Admitida explicitamente, o que faz com que não sejam construídos implicitamente, inocentemente. Aqui, a realidade histórica é apreendida pelas formas do espírito, não através de *a priori* verificáveis, in comunicáveis, intuitivos, mas através de problemas hipóteses, através de conceitos, que devem ser verificados pela documentação rigorosamente criticada (REIS, 1999, p.75).

Aspectos Legais e Normativos, novas documentos, novos fatos uma boa narrativa:

⁴ Ver (HOBSBAWM, 2001, p. 22-35) e (LE GOOF, 2003, p.207-228)

A aproximação com os fatos e acontecimentos associados a instituições escolares, levando em consideração as estruturas reguladoras e normatizadoras das instituições educacionais, permitem uma ampla abertura no campo documental, desta forma leis, pareceres técnicos, trazem amplas possibilidades na elaboração da narrativa.

Revisitar essas instituições, a partir de novos problemas, será possível, levando-se em consideração o confronto com outras fontes, com outros documentos, a memória, através da oralidade, e os jornais da época servindo, agindo, como instrumentos, meios que nos leve a aproximação e do “problema para os historiadores que é analisar a natureza ‘desse sentido do passado’ na sociedade e localizar mudanças e transformações” (HOBSBAWM, 2001, p.22).

A compreensão das instituições escolares via ação interpretativa, levando em consideração as leis e as normas pertinentes a sua existência, que ao mesmo institui condutas, ações, dentre elas administrativa, portanto dotando-a de uma funcionalidade peculiar ao corpo docente e discente, mas ao mesmo tempo sendo esta instituída, não deve torná-la imóvel, nem ser compreendida de forma rígida.

Essa aparente rigidez reside no fato de que a lei assume nas sociedades letradas uma ação que lhe confere um certo grau de autoridade, e em alguns casos, sua intocabilidade:

A lei é igual ao costume, sabedoria dos mais velhos, em sociedades iletradas; os documentos que consagram esse passado, e que, com isso, adquirem certa autori-

dade espiritual, fazem o mesmo em sociedades letradas ou parcialmente letradas (HOBSBAWM, 2001, p.23).

Buscar as relações que levaram à elaboração de normas associadas às instituições educacionais, sua implementação, as articulações políticas que acarretaram a sua construção, seus mecanismos de legitimação e aparente inovação além de analisar suas contradições, sugerem a evidência de um passado capaz de se ausentar de seu tempo, fazendo parte não só da realidade social brasileira de uma determinada época. Esse mesmo passado que caminha entrelaçado com a sociedade, não há aparente dúvida com relação a essa evidência, nos conduz a uma pretensa obviedade, mas denuncia o: “Sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiência que mantém-se surpreendentemente importante, mesmo para aqueles mais concentrados na inovação e na crença de que a novidade é igual a melhoria”. (HOBSBAWM, 2001, P.32).

E ainda:

Paradoxalmente, o passado continua a ser ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas é uma nova forma. Ele se converte na descoberta da História como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um sentido do “passado” transformado (HOBSBAWM, 2001, p.30).

Salientamos que organizar uma discussão histórica que envolve leis, normas, pareceres é compreendê-las como elemento do passado, retirando-as da condição de um mero

acontecimento histórico, quando de suas promulgações, alardeadas pelos seus principais interlocutores, especialmente no plano institucional, inserindo-as em uma teia de significados, devidamente delimitados em um momento histórico, identificando algumas singularidades, evidenciam-se, estruturas de permanência anteriores, situando-as em seus respectivos contextos, abrindo um leque de variáveis na análise histórica.

Associam-se ainda a possibilidade de buscar nexos como as ações burocráticas, na grande maioria das vezes hierarquizada, posta em prática por meio de um planejamento envolvendo Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação e Conselho Regional de Educação, instituições relacionadas à educação brasileira.

Isso nos credencia a compreender que a realidade educacional traduzida, a partir da legislação em questão, se torna um instrumento a mais na tentativa de compreender os mecanismos que influenciariam nas experiências vividas por estudantes brasileiros, deixando possíveis marcas, vestígios, elaborações ideológicas, que ainda devem ser compreendidas, afinal, chegar ao passado, por meio do presente, nos possibilita:

Melhor condição de entender o passado, do que mesmo o passado teve condições de entender a si mesmo. A história, portanto, trabalha no campo dos sentidos e das significações e, por esta razão, existem filosofias da história capazes de avaliar as diferentes tendências e significados dos eventos humanos [...]. O maior problema para a história é o que seu objeto de investigação, isto é, as ações humanas ressignificam as experiências vividas, e ao mesmo tempo, imprimem de-

terminados significados aos eventos, que nem sempre são apreendidos pelos quadros de referências de nossa cultura (de DECCA, 2000, p.19)

A forma como essa realidade é analisada, através de levantamentos bibliográficos, memória educacional, via oralidade, além de outras fontes já indicadas constituem-se em narrativas, que se limita a agir como meros instrumentos de expressão. Será história aquilo que o historiador levará ao mesmo plano de relações, os personagens, e o contexto em que se inserem.

A história seria, portanto, o plano onde transcorrem as ações, as inúmeras relações que envolvem os personagens, a contextualização dos eventos, enquanto a narrativa seria o plano da expressão. (De DECCA, 2000, p.20).

Referências

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Editora Unesp, 1994.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Narrativa e História. In: SANFELICE, José Luis, LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval. *História e História da Educação*. São Paulo; Editora Autores Associados, 2000.

DERMEVAL, Saviani. *Fontes, História e Historiografia da Educação*. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, LOMBARDI, José Claudinei São Paulo; Editora Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. *Introdução a Sociologia*. São Paulo; Editora Ática, 1991.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. São Paulo; Editora Unicamp, 2003.

REIS, José Carlos Reis. *A Escola dos Annales: A Inovação em História*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1999.

TUCHMAN, Bárbara. *A Prática da História*. Rio de Janeiro; Editora José Olympio, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo; Companhia das Letras, 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Fontes, História e Historiografia da Educação*. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, LOMBARDI, José Claudinei. São Paulo; Editora Autores Associados, 2000.